



**CERBRANORTE**

DISTRIBUIÇÃO Energia que evolui com você

Prestação Anual  
de Contas - PAC  
Cerbranorte 2016

## ÍNDICE

<b>1 – RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE</b>	<b>1</b>
<b>HISTÓRICO</b>	<b>2</b>
<b>MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>4</b>
<b>1 Cenário</b>	<b>5</b>
1.1 Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	5
1.2 Comportamento do Mercado	6
1.3 Distribuição Direta por Classe de Consumo	7
1.4 Receita	8
1.5 Número de Consumidores	9
1.6 Tarifas	9
1.7 Qualidade do Fornecimento	11
1.8 Atendimento ao Consumidor	11
1.9 Tecnologia da Informação	11
1.10 Desempenho Econômico-Financeiro	12
1.11 Investimentos	13
1.12 Captações de Recursos	14
1.13 Valor Adicionado	14
1.14 Relações com o Mercado	15
<b>2 Gestão</b>	<b>16</b>
2.1 A CERBRANORTE em Números	17
<b>3 Balanço Social</b>	<b>19</b>
3.1 Recursos Humanos	19
3.2 Responsabilidade Social	19
3.3 CIPA	20
3.4 Programa de Estagiários	20
3.5 Demonstrativo do Balanço Social	21
<b>Agradecimentos</b>	<b>22</b>
<b>2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS</b>	<b>23</b>
<b>3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>56</b>
<b>4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>57</b>

# **1 – RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE**

## HISTÓRICO

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o passar dos anos e com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de sucção para 100 cavalos, com dínamo de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 KV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o atual presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos próximos anos.

Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) têm áreas de atendimento feito pela CERBRANORTE. Um total de 21.772 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

## **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2016.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2015, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária responsável pela aprovação das informações contábeis referentes ao exercício de 2016.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

## **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

A cada dia que passa surgem novos desafios, que conseqüentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o conseqüente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2016, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte. Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída em 2014.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuimos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

Grandes investimentos iniciaram em 2016, principalmente na melhoria da sede administrativa da Cerbranorte e na rede que distribui energia para o município de Rio Fortuna. A ampliação da sede concederá mais conforto aos associados, ampliará o número de guichês de atendimento comercial e organizará o espaço administrativo para os funcionários. A melhoria na rede que atende o município de Rio Fortuna é um anseio antigo da cidade, pois possibilitará desvincular a rede que atende a Cooperativa de Energia de Anitápolis – Ceral, atual suprida da Cerbranorte.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, senhores associados, colaboradores, órgãos públicos, fornecedores, empresas terceirizadas e consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

## Cenário

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 55 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km<sup>2</sup>.

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. Durante o ano de 2016, o setor industrial de Braço do Norte teve dificuldades de atravessar o período turbulento da economia nacional, refletindo no consumo de energia e na inadimplência.

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

Em abril de 2016, a CERBRANORTE ampliou a aplicação da NBR ISO 9001:2008 para toda a empresa. O escopo da certificação agora refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial, indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela Brtöv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

### 1.1 Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.093 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. A Cerbranorte também é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

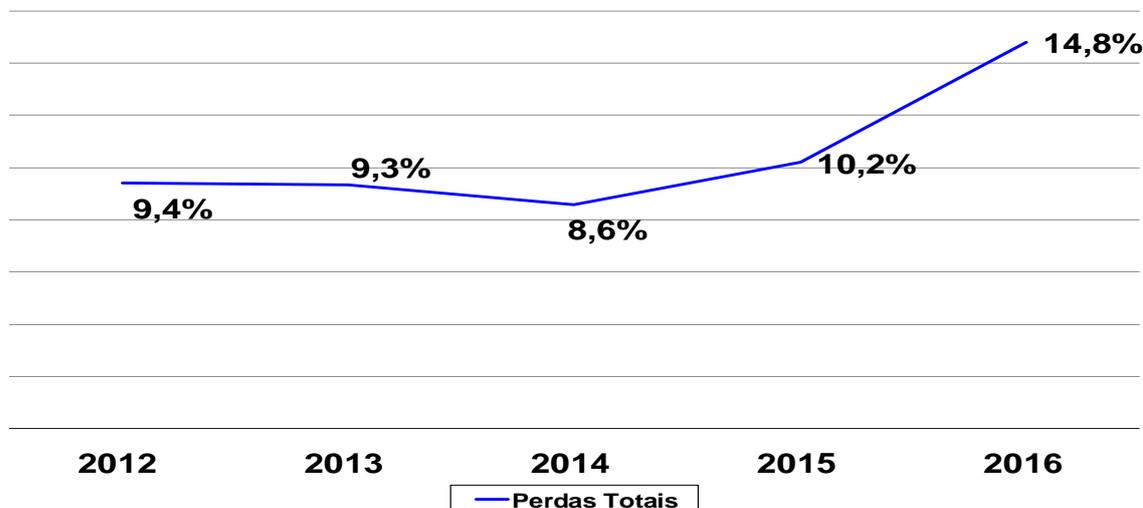
## 1.2 Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

### Balanzo Energético

Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	106,71	112,49	122,88	124,80	119,14
- Fornecimento	97,16	102,50	112,27	115,61	115,35
- Suprimento p/ agentes de distribuição	9,55	9,99	10,61	9,19	3,79
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>106,71</b>	<b>112,49</b>	<b>122,88</b>	<b>124,80</b>	<b>119,14</b>
Pernas na Distribuição	11,09	11,59	11,55	14,21	20,70
Perdas Técnicas	11,09	11,59	11,55	14,21	20,70
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>11,09</b>	<b>11,59</b>	<b>11,55</b>	<b>14,21</b>	<b>20,70</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,3%</b>	<b>8,6%</b>	<b>10,2%</b>	<b>14,8%</b>
<b>Total</b>	<b>117,80</b>	<b>124,08</b>	<b>134,43</b>	<b>139,01</b>	<b>139,84</b>

### Evolução das Perdas Totais



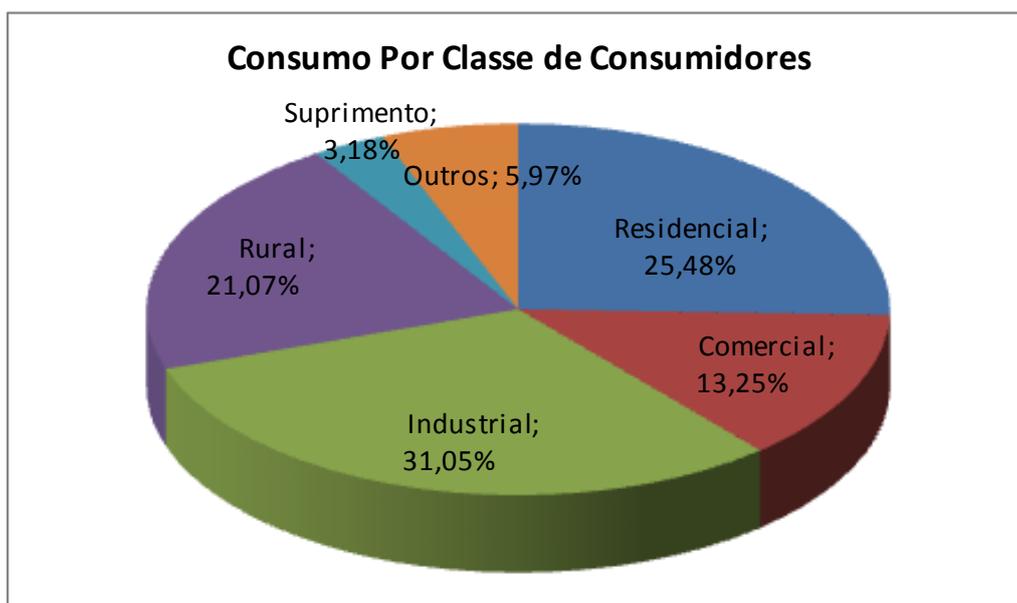
### 1.3 Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2016 foi de 119,21 Giga watts-hora, apresentando queda de 4,57% em relação a 2015. A classe industrial foi o segmento do mercado de distribuição da Cerbranorte com a maior queda, com uma redução de 7,28% em relação a 2015. A classe residencial apresentou crescimento positivo de 6,82%. O Suprimento à Ceral – Cooperativa de Energia de Anitápolis apresentou queda significativa em função do aumento da produção de energia de uma geradora instalada em sua rede, contribuindo para que o índice geral ficasse negativo.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo por classe no período:

#### Mercado Atendido

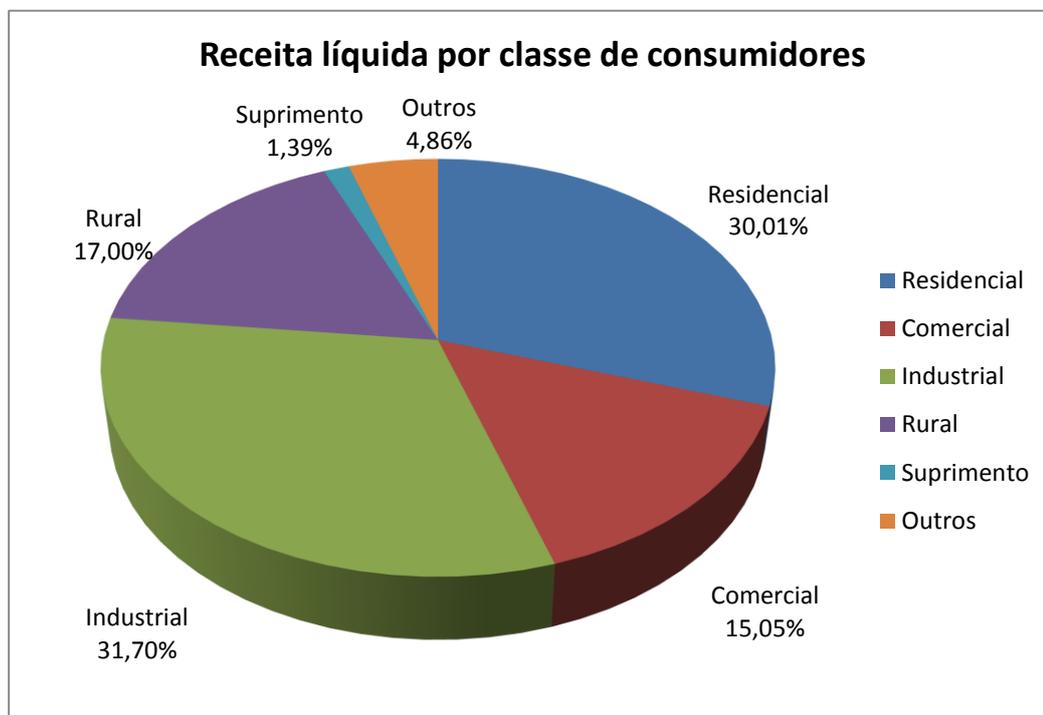
Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Energia Faturada</b>	<b>106,71</b>	<b>112,49</b>	<b>122,88</b>	<b>124,80</b>	<b>119,14</b>
Fornecimento	97,16	102,50	112,27	115,61	115,35
Residencial	25,33	26,37	28,53	28,44	30,38
Comercial	13,95	14,35	15,37	15,61	15,79
Industrial	28,36	31,84	36,84	39,97	37,01
Rural	22,69	23,28	24,52	24,65	25,12
Poderes Públicos	1,25	1,29	1,49	1,46	1,58
Iluminação Pública	4,69	4,50	4,56	4,60	4,58
Serviço Público	0,89	0,87	0,96	0,88	0,89
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,55	9,99	10,61	9,19	3,79
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	-	<b>0,07</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	0,07
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>106,71</b>	<b>112,49</b>	<b>122,88</b>	<b>124,80</b>	<b>119,21</b>
<b>Varição</b>	<b>9,48%</b>	<b>5,41%</b>	<b>9,23%</b>	<b>1,57%</b>	<b>-4,48%</b>



## 1.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 41.805 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe		2016		2015	Var %
Residencial	30%	12.545,72	28%	10.637,47	17,94%
Comercial	15%	6.290,19	15%	5.688,53	10,58%
Industrial	32%	13.251,76	35%	13.573,08	-2,37%
Rural	17%	7.105,94	16%	6.204,42	14,53%
Suprimento	1%	579,72	2%	682,63	-15,08%
Outros	5%	2.032,59	5%	1.846,03	10,11%
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>41.805,92</b>	<b>100,00</b>	<b>38.632,16</b>	<b>8,22%</b>



## 1.5 Número de Consumidores

O número de consumidores associados, incluindo o suprimento, faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,87% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de Consumidores					
Classe		2016		2015	Var %
Residencial	66%	10.650	66%	10.460	1,82%
Comercial	10%	1.560	10%	1.532	1,83%
Industrial	4%	670	4%	612	9,48%
Rural	19%	3.047	19%	3.039	0,26%
Outros	1%	166	1%	154	7,79%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>16.093</b>		<b>15.797</b>	<b>1,87%</b>

## 1.6 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu que a CERBRANORTE pleiteasse para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

### 1.6.01 TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2016, atingiu R\$ 446,83/MWh, com um aumento de 13,21 % com relação a dezembro de 2015. Aumento esse impulsionado pela aplicação da bandeiras tarifárias, aprovadas pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2016	2015
Residencial	506,37	457,00
Comercial	531,04	485,84
Industrial	477,46	452,76
Rural	351,78	313,02
Poderes Públicos	530,91	463,24
Iluminação Pública	308,83	291,19
Serviços Públicos	433,41	399,93
<b>Média Geral</b>	<b>446,83</b>	<b>394,70</b>

### 1.6.02 ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela "A" (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcela "B" (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

Composição da Tarifa		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
<b>Tarifa aplicada</b>		<b>15.382,38</b>	<b>17.668,97</b>	<b>8.386,83</b>	<b>8.836,79</b>	<b>808,90</b>	<b>2.176,85</b>
Energia faturada em GWh		30,378	37,006	15,793	25,120	1,524	9,375
Custos não gerenciáveis	<b>(-) Impostos</b>	<b>2.836,67</b>	<b>4.417,21</b>	<b>2.096,64</b>	<b>1.730,85</b>	<b>140,94</b>	<b>450,40</b>
	PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ICMS	2.836,67	4.417,21	2.096,64	1.730,85	140,94	450,40
	<b>(-) Encargos Setoriais</b>	<b>1.926,38</b>	<b>2.346,72</b>	<b>1.001,52</b>	<b>1.592,97</b>	<b>96,62</b>	<b>594,51</b>
	Fiscalização	19,58	23,85	10,18	16,19	0,98	6,04
	CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	P&D/PEE	57,71	70,30	30,00	47,72	2,89	17,81
	Bandeiras	312,73	380,97	162,59	258,61	15,69	96,51
	CDE	1.536,36	1.871,59	798,75	1.270,46	77,06	474,15
	<b>(-) Custo da energia</b>	<b>5.981,86</b>	<b>7.287,10</b>	<b>3.109,96</b>	<b>4.946,55</b>	<b>300,02</b>	<b>1.846,10</b>
Energia	5.055,58	6.158,70	2.628,39	4.180,58	253,56	1.560,23	
PROINFA	212,63	259,03	110,55	175,83	10,66	65,62	
TUSD	713,65	869,37	371,03	590,14	35,79	220,24	
<b>(=) Residual (Custos gerenciáveis)</b>		<b>4.637,46</b>	<b>3.617,94</b>	<b>2.178,70</b>	<b>566,41</b>	<b>271,32</b>	<b>-714,17</b>

Parcela	Valores em R\$ mil			
	Em 2016	Em 2015	Variação	
Parcela A	80% 42.703,05	73% 36.115,29	18%	
Parcela B	20% 10.557,67	27% 13.203,56	-20%	
Tarifa Aplicada	100% 53.260,71	100% 49.318,85	8%	

## 1.7 Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	12,23	12,87	0,19
2013	9,07	12,45	0,16
2014	6,31	9,60	0,19
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18

## 1.8 Atendimento ao Consumidor

Durante o ano de 2016 a Cerbranorte atendeu a 22.224 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 915 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 87.877 kVA. Equipamentos foram e estão sendo adquiridos para uso pelos técnicos de campo de forma *RealTime*, visando racionalizar as atividades relacionadas à operação do sistema de distribuição, através da diminuição do tempo de atendimento e dos custos de deslocamento envolvidos.

A reforma e ampliação da sede administrativa, iniciada no primeiro trimestre de 2016, está sendo finalizada. Esta obra traz maior conforto ao consumidor que vem até a Cerbranorte, além de melhores condições de trabalho para a equipe administrativa.

Além da facilidade de acesso aos 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800. Em dezembro de 2016, visando modernizar o atendimento ao consumidor, foi disponibilizado o app Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore. As mesmas funcionalidades do app foram incluídas no site da Cerbranorte, ampliando os serviços oferecidos nas mídias virtuais. Redes sociais como Facebook e Whatzap, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e disponibilizam acesso a vários serviços.

## 1.9 Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). O processo de modernização dos equipamentos de TI é constante na CERBRANORTE. Durante o ano de 2016 foi dado continuidade ao projeto de melhoria e ampliação dos recursos de TI, iniciado em 2015. Ao final de 2016, pode-se afirmar

que a Cerbranorte dispõe de um serviço que garante a segurança de dados e manutenção ininterrupta do serviço, incluindo sistema de backup compatível com as melhores técnicas de segurança.

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva. Nossos religadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedição. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

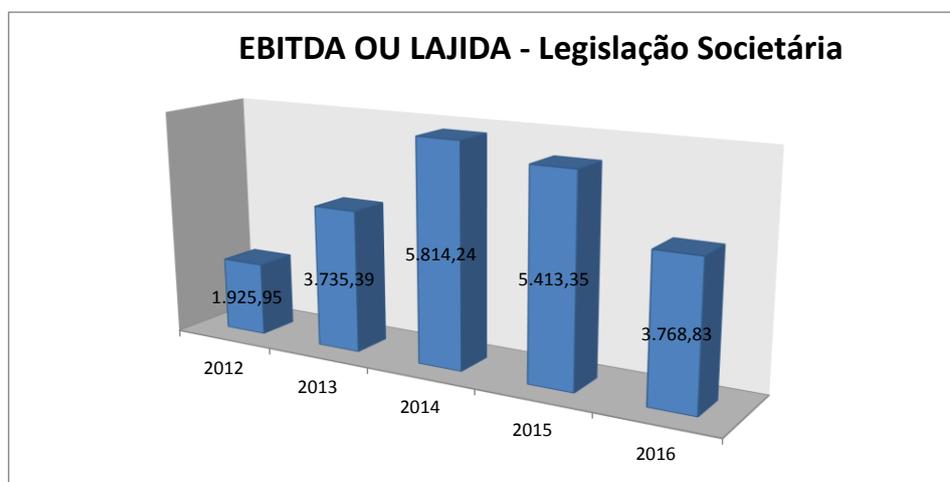
A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

## 1.10 Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2016, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 1.178 mil comparado com as R\$ 1.860 mil de 2015, diminuindo R\$ 682 mil, representando um percentual de 36,67% menores que no exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Aumento significativo dos Encargos Setoriais; b) Valor dos Impostos sobre o Lucros maiores que o do exercício de 2015; c) Aumento no valor da energia adquirida da Celesc, devido a perda de 25% de parte dos subsídios que a Cerbranorte possuía.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 2.963 mil contra R\$ 2.861 mil em 2015, 3,57% maiores em relação ao exercício anterior. O resultado praticamente se manteve não tendo nenhum indicador isolado que possa comprovar a pequena variação entre os exercícios.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.768,83 Mil, inferior em 30,38% a 2015, que foi de R\$ 5.413,35 Mil, conforme variação abaixo:



## 1.11 Investimentos

Em 2016 os investimentos da Cooperativa totalizaram R\$ 8.630 mil. Entre as muitas obras realizadas para expansão e melhoria do sistema elétrico, destaque para a Ampliação do Alimentador 2, com investimento de R\$ 1,6 milhão. A seguir quadro dos investimentos concluídos e imobilizados no exercício:

Investimentos - R\$ mil			
	2016	2015	Var %
<b>Obras de Distribuição</b>	<b>8.630</b>	<b>16.982</b>	<b>(49,18)</b>
Edificações	224	-	100,00
Obras Ligações e Medições	7.957	16.839	(52,75)
Veículos	37	-	100,00
Equipamento Geral	372	105	254,29
Intangível	40	38	5,26
<b>Total</b>	<b>8.630</b>	<b>16.982</b>	<b>(49,18)</b>

O quadro abaixo demonstra a evolução e a projeção dos investimentos da Cerbranorte em suas redes de distribuição. Este quadro é separado dos demais investimentos, devido a grande importância que os mesmos representam para uma Distribuidora.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e novas indústrias bem como melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

### Evolução e Projeção dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>2.713</b>	<b>16.905</b>	<b>8.220</b>	<b>2.507</b>	<b>1.906</b>	<b>2.082</b>	<b>1.859</b>	<b>2.116</b>
Transformador de Distribuição	535	781	1.070	478	506	550	350	508
Medidor	208	222	282	214	227	244	244	230
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.619	2.756	4.345	557	595	581	881	764
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	258	791	2.260	1.067	330	541	218	516
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	12.311	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	93	43	263	191	249	166	166	98
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(80)</b>	<b>(136)</b>	<b>(670)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Anualmente a permissionária deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica.

O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição. A Aneel utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no País, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais Bruta.

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
<b>Plano de Investimentos 2016</b>	8.220	2.507	1.906	2.082	1.859	2.116

R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
<b>Plano de Investimentos 2015</b>	1.786	2.034	1.183	1.503	960	1.198

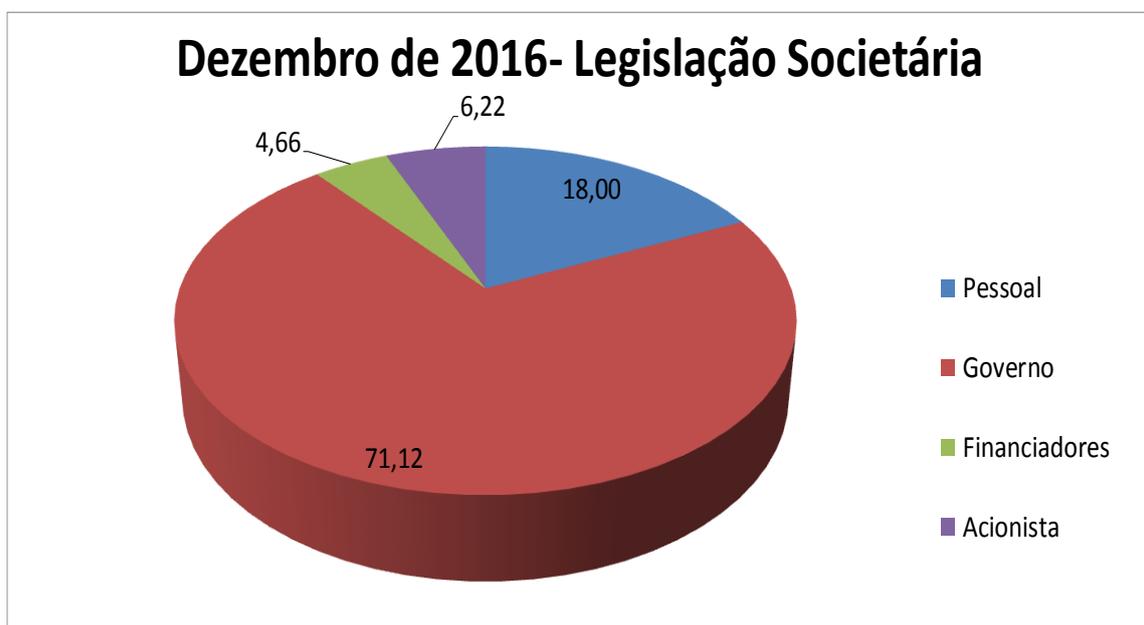
<b>Diferença</b>	<b>360,2%</b>	<b>23,3%</b>	<b>61,1%</b>	<b>38,5%</b>	<b>93,7%</b>	<b>76,6%</b>
------------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

## 1.12 Captações de Recursos

Os investimentos de 2016 foram realizados com recursos próprios.

## 1.13 Valor Adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 28.675,43 (Reais/mil), representando 41,55% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



**Composição Acionária:** Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.646 (Reais/mil), composto por 544.300 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,005
Manoel da Silva	25	0,005
Irio Luiz Volpato	25	0,005
Juliano Kuerten Costa	25	0,005
Jacinto Della Giustina	25	0,005
Zeno Wiggers	25	0,005
Laudir Vieira da Luz	25	0,005
Demais Associados	544.125	99,968
<b>TOTAL</b>	<b>544.300</b>	<b>100,000</b>

#### 1.14 Relações com o Mercado

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A gestão cooperativista, norteadada pela Lei 5764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do exercício anterior e o plano de investimento para o próximo ano. Por meio do website, jornais de circulação local e apresentações públicas, fatos relevantes, ações e resultados são comunicados para os associados e a comunidade.

A Cerbranorte realiza praticamente 100% dos investimentos com recursos próprios, não havendo assim a necessidade de desenvolver ações para despertar o interesse do mercado financeiro para captação de recursos.

De forma a promover a transparência de suas ações e investimentos, a permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento presencial na sede, situada à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, [www.cerbranorte.com.br](http://www.cerbranorte.com.br) disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo por meio de acesso privado, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2016 a permissionária investiu R\$ 95 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

## **Gestão**

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2017.

## 2.1 A CERBRANORTE em Números

	2016	2015	Var %
<b>Atendimento</b>			
Número de consumidores	16.093	15.797	1,87%
Número de empregados	90	94	-4,26%
Número de consumidores por empregado	179	168	6,40%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
<b>Mercado</b>			
Área de Permissao (Km <sup>2</sup> )	510,22	510,22	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	29,00	29,00	0,00%
Distribuição direta (GWh)	119,21	124,92	0,00%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	446,83	394,70	13,21%
Residencial	477,46	457,00	4,48%
Comercial	531,04	485,84	9,30%
Industrial	531,04	452,76	17,29%
Rural	351,78	313,02	12,38%
Suprimento	95,48	61,25	0,00%
DEC (horas)	8,74	8,34	4,80%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00%
FEC (número de interrupções)	8,40	8,32	0,96%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	8,90	5,30	67,92%

<b>Operacionais</b>			
Número de subestações	1	1	<b>0,00%</b>
Linhas de distribuição (Km)	1.685	1588	<b>6,11%</b>
Capacidade instalada (MW)	88	84	<b>4,76%</b>
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	69.088,46	59.906,01	<b>15,33%</b>
Receita operacional líquida (R\$ mil)	49.857,02	43.898,66	<b>13,57%</b>
Margem operacional do serviço líquida (%)	38,57%	36,46%	<b>5,78%</b>
EBITDA OU LAJIDA	3.768,83	5.413,35	<b>-30,38%</b>
Lucro líquido (R\$ mil)	1.848,40	3.913,01	<b>-52,76%</b>
Lucro líquido por mil cotas	1.848,40	3.913,01	<b>-52,76%</b>
Patrimônio líquido (R\$ mil)	23.637,80	21.772,10	<b>8,57%</b>
Valor patrimonial por cota R\$	23.637,80	21.772,10	<b>8,57%</b>
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	7,82	17,97	<b>-56,49%</b>
Endividamento do patrimônio líquido (%)	118,38	119,22	<b>-0,70%</b>
Em moeda nacional (%)	100	100	<b>0,00%</b>
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	<b>0,00%</b>

## 2.1.1 INDICADORES DE PERFORMANCE

<b>Indicadores de Perfomance</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	
Sálario Médio dos Funcionarios	2,68	2,80	<b>-4,29%</b>
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1555	1.480	<b>5,07%</b>
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	8,69	8,81	<b>-1,36%</b>
Retorno de ativos por unidade	0,05	0,14	<b>-64,29%</b>

## **Balanco Social**

### **3.1 Recursos Humanos**

Em 2016, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos profissionalizante e superior, diretamente ligados à atividade fim e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

### **3.2 Responsabilidade Social**

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE sempre busca colaborar com a comunidade, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. No ano de 2016, deu continuidade ao desenvolvimento do COOPERJOVEM, programa social voltado às escolas, cujo objetivo é divulgar o cooperativismo e seus princípios às crianças do 1º ao 9º ano escolar.

No início do mês de março, a escola municipal professor José Boeing e o Centro Educacional Infantil Cantinho da Criança, de Rio Fortuna, por meio do Programa Cooperjovem, realizaram debates e pesquisas sobre o que são atitudes de cooperação, participação, tolerância e responsabilidade. Além disso, foram feitas sessões de vídeo e discussões sobre atitudes e comportamentos cooperativos. As instituições também elaboraram um Código de Conduta e confeccionaram panfletos, que foram distribuídos em um ambiente fora da escola, a chamada Pracinha dos Valores, localizada na Praça Ludgero Carlos Loch.

Ainda em março, nos dias 17 e 18, Os professores das escolas participantes do Programa Cooperjovem da CERBRANORTE, juntamente com a coordenadora Jackelini Philippi, participam do 5º Encontro Estadual do Programa Cooperjovem. Realizado em Florianópolis, o evento teve como tema “Criatividade e Inovação na Educação”.

No dia 18/04, alunos que integram o projeto Guardiões da Escola, desenvolvido pela Escola Municipal José Boeing, de Rio Fortuna, participaram de uma atividade diferenciada, intitulada "Leitura da Praça", com objetivo de incentivar a leitura prazerosa, a alimentação saudável e as atitudes de cooperação entre os alunos.

Em maio, nos dias 24 e 25, os professores das escolas Atilio Ghisi, Adolfo Wiggers e José Boeing, participaram da Primeira Oficina Sul dos Jogos Olímpicos de 2016.

Já no dia 18/08, a CERBRANORTE, em parceria com as cooperativas Cergal, Cooperzém e Sicoob Credivale, promoveu uma palestra com Max Haetinger, que falou aos professores de nove

escolas que integram o programa Cooperjovem sobre “Criatividade e Inovação da Educação”. Cerca de 300 pessoas participaram da palestra e puderam conhecer um pouco do trabalho e das técnicas do professor, que é referência nacional.

Para encerrar as atividades do ano de 2016, Cerca de 50 alunos do pré-escolar do Centro de Educação Infantil Cantinho da Criança se formaram no dia 9/12. Realizada no Centro Comunitário São Marcos, a formatura reuniu alunos, educadores, pais e familiares. O evento faz parte do projeto “Valores para a Vida”, desenvolvido pela psicóloga Gisela da Silva e pela professora Maria Ricken Turazzi por meio do Cooperjovem.

### **3.3 CIPA**

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso, pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e, divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

### **3.4 Programa de Estagiários**

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Em 2016 o programa de estágio da cooperativa contemplou 01 estagiário, João Vítor Américo, estudante de Eletrotécnica do CEDUP.

Do mesmo modo, a permissionária contratou 03 Jovens Aprendizes, objetivando cumprir com as exigências da Lei da Aprendizagem, além de oportunizar aos participantes, um espaço para a aplicação do conhecimento teórico, através da prática e do acompanhamento dos responsáveis na empresa. Para a realização deste programa, a permissionária conta com a parceria do SESCOOP/SC, que subsidia os custos com a Entidade Formadora, neste caso, o SENAI/SC, outro parceiro da CERBRANORTE.

### 3.5 Demonstrativo do Balanço Social

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ: 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Balanço Social**

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2016			2015		
Receita Líquida (RL)	49.857,02			43.898,66		
Resultado Operacional (RO)	2.375,74			4.221,92		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.451,87			6.314,03		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	1.871,37	29,01%	3,75%	1.818,68	28,80%	4,14%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	170,07	2,64%	0,34%	161,53	2,56%	0,37%
Alimentação	677,74	10,50%	1,36%	664,07	10,52%	1,51%
Outros - Seguros	24,46	0,38%	0,05%	23,33	0,37%	0,05%
Total - Indicadores Laborais	2.743,65	42,52%	5,50%	2.667,61	42,25%	6,08%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	19.505,33	821,02%	39,12%	16.226,86	384,35%	36,96%
Total - Indicadores Sociais	19.505,33	821,02%	39,12%	16.226,86	384,35%	36,96%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	90			94		
Admissões durante o período	7			5		
Demissões durante o período	11			5		
Empregados acima de 45 anos	33			29		
Mulheres que trabalham na empresa	13			14		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,8			6,5		
Número total de acidentes de trabalho	3			7		

## **Agradecimentos**

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debates das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

## **2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS**

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Balanco Patrimonial**

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b><u>Circulante</u></b>		<b><u>15.642,85</u></b>	<b><u>17.920,41</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.481,32	6.414,49
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	8.332,54	8.377,25
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(548,00)	(471,32)
Impostos e Contribuições Sociais	10	1.072,23	339,98
Estoques	11	228,31	397,43
Ativos Regulatórios	13	1.271,92	1.118,18
Despesas Pagas Antecipadamente	12	152,76	129,26
Outros Créditos	9	2.651,77	1.615,14
<b><u>Não Circulante</u></b>		<b><u>35.977,53</u></b>	<b><u>29.807,44</u></b>
<b><u>Realizável a Longo Prazo</u></b>		<b><u>16.991,25</u></b>	<b><u>13.693,24</u></b>
Ativo Indenizável (Permissão)	14	16.810,85	12.629,88
Impostos e Contribuições Sociais	10	152,82	328,72
Ativos Regulatórios	13	0,00	707,06
Outros Créditos	9	27,58	27,58
Investimentos	15	48,90	43,71
Imobilizado		0,00	0,00
Intangível	16	18.937,38	16.070,49
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>51.620,38</u></b>	<b><u>47.727,85</u></b>
<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b><u>Circulante</u></b>		<b><u>15.517,73</u></b>	<b><u>12.085,17</u></b>
Empréstimos e Financiamentos	17	1.554,79	1.508,63
Fornecedores	18	5.556,35	3.689,14
Impostos e Contribuições Sociais	10	635,60	1.318,02
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	991,58	904,26
Encargos do Consumidor a Recolher	20	474,73	1.437,25
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	1.305,37	1.140,10
Passivos Regulatórios	13	2.576,36	1.231,16
Outras Contas a Pagar	23	2.422,95	856,61
<b><u>Não Circulante</u></b>		<b><u>12.464,85</u></b>	<b><u>13.870,58</u></b>
Empréstimos e Financiamentos	17	9.112,12	10.587,85
Provisão para Contingências	22	2.816,57	2.746,57
Outras Contas a Pagar	23	536,16	536,16
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	<b>24</b>	<b><u>23.637,80</u></b>	<b><u>21.772,10</u></b>
<u>Capital Social</u>		<u>2.646,94</u>	<u>2.629,64</u>
<u>Reserva de Capital</u>		<u>726,46</u>	<u>726,46</u>
<u>Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>19.086,40</u>	<u>15.738,75</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>19.086,40</u>	<u>15.738,75</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>1.178,00</u>	<u>2.677,25</u>
Sobras a Disposição da AG		1.178,00	2.677,25
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>51.620,38</u></b>	<b><u>47.727,85</u></b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Demonstração do Resultado do Exercício**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2016	2015
<b>Receita Operacional</b>	25	<b>69.088,46</b>	<b>59.906,01</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		19.026,20	17.676,90
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		34.124,32	31.342,12
Receita de Construção		9.726,95	5.393,80
Outras Receitas Operacionais		6.210,99	5.493,19
<b>(-) Deduções da Receita Operacional</b>	26	<b>19.231,44</b>	<b>16.007,35</b>
Tributos Sobre a Receita		11.672,71	10.831,84
Encargos Setoriais		7.558,73	5.175,51
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	27	<b>49.857,02</b>	<b>43.898,66</b>
<b>(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	28	<b>43.143,06</b>	<b>36.261,07</b>
Energia Comprada para Revenda		23.471,60	20.107,95
Custo de Operação		9.944,51	10.759,32
Custo de Construção		9.726,95	5.393,80
<b>(=) Resultado Operacional Bruto</b>		<b>6.713,96</b>	<b>7.637,59</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>		<b>4.338,22</b>	<b>3.415,67</b>
Despesas com Vendas	28	76,69	(34,82)
Despesas Gerais e Administrativas	28	2.963,24	2.861,88
Outras Receitas e Despesas Líquidas	28	1.298,29	588,61
<b>(=) Resultado do Serviço</b>		<b><u>2.375,74</u></b>	<b><u>4.221,92</u></b>
<b>(+) Resultado Financeiro</b>	29	<b><u>(329,54)</u></b>	<b><u>(200,95)</u></b>
Receitas Financeiras		1.055,31	939,65
(-) Despesas Financeiras		1.384,85	1.140,60
<b>(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>2.046,20</b>	<b>4.020,97</b>
(-) IRPJ	32	139,09	73,03
(-) CSLL	32	58,71	34,93
<b>(=) Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>1.848,40</b>	<b>3.913,01</b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ: 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras			Reserva Investimento e Ampliações	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição			
Saldo em 31/12/2014	2.602,35	726,46	817,13	2.147,20	776,90	6.677,08	2.015,83	2.068,85	17.831,80
<b><u>Aumento de Capital:</u></b>									
- Por Integralização de Quotas	27,29	-	-	-	-	-	-	-	27,29
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	2.068,85	(2.068,85)	0,00
<b><u>Reversão de Reservas</u></b>									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(318,47)	(267,08)	-	585,55	0,00
- Por Proposta a AGO	-	-	(817,13)	-	-	-	-	817,13	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.913,01	3.913,01
Destinações Estatutárias	-	-	-	364,16	453,47	1.820,81	-	(2.638,44)	0,00
Saldo em 31/12/2015	2.629,64	726,46	0,00	2.511,36	911,90	8.230,81	4.084,68	2.677,25	21.772,10
<b><u>Aumento de Capital:</u></b>									
- Por Integralização de Quotas	17,31	-	-	-	-	-	-	-	17,31
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.860,13	0,00	(1.860,13)	0,00
<b><u>Reversão de Reservas</u></b>									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(360,70)	(329,23)	-	689,93	0,00
- Por Proposta a AGO	-	-	-	817,12	-	-	-	(817,12)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.848,40	1.848,40
Destinações Estatutárias	-	-	-	139,45	523,64	697,24	-	(1.360,33)	0,00
Saldo em 31/12/2016	2.646,95	726,46	0,00	3.467,93	1.074,84	10.458,95	4.084,68	1.178,00	23.637,81

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ: 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b><u>Sobra Líquida do Exercício</u></b>	<b><u>1.848,40</u></b>	<b><u>3.913,01</u></b>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	<u>6.849,42</u>	<u>10.705,34</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	76,68	(34,97)
Depreciação e Amortização	1.439,68	1.230,59
Baixas do Intangível	5.333,06	8.183,22
Baixas do Imobilizado	0,00	1.326,50
<b><u>Variações no Ativo</u></b>	<b><u>(5.030,30)</u></b>	<b><u>(10.845,54)</u></b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	44,71	(2.078,13)
Impostos e Contribuições Sociais	(556,35)	122,56
Estoque	169,12	(36,84)
Ativos Regulatórios	553,32	(1.825,24)
Despesas Pagas Antecipadamente	(23,50)	(103,84)
Ativo Financeiro da Concessão	(4.180,97)	(8.374,57)
Outros Realizáveis	(1.036,63)	1.450,52
<b><u>Variações no Passivo</u></b>	<b><u>3.456,40</u></b>	<b><u>6.253,91</u></b>
Fornecedores	1.867,21	540,22
Impostos e Contribuições Sociais	(682,42)	1.050,76
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	87,32	71,50
Encargos do Consumidor a Recolher	(962,52)	1.384,04
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	165,27	207,95
Passivos Regulatórios	1.345,20	1.231,16
Provisões p/Contingências	70,00	2.056,22
Outras Exigibilidades	1.566,34	(287,94)
Outras Exigibilidades	0,00	0,00
<b><u>Total das Atividades Operacionais</u></b>	<b><u>7.123,92</u></b>	<b><u>10.026,72</u></b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aplicações no Intangível	9.639,64	5.019,33
Aplicações no Imobilizado	0,00	0,00
<b><u>Total das Atividades de Investimento</u></b>	<b><u>9.644,83</u></b>	<b><u>5.019,33</u></b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimos e Financiamentos	(1.429,57)	(589,98)
Aumentos de Capital	17,31	27,29
<b><u>Total das Atividades de Financiamento</u></b>	<b><u>(1.412,26)</u></b>	<b><u>(562,69)</u></b>
<b>Total dos Efeitos no Caixa</b>	<b>(3.933,17)</b>	<b>4.444,70</b>
Saldo Inicial de Caixa	6.414,49	1.969,79
Saldo Final de Caixa	2.481,32	6.414,49
<b><u>Varição no Caixa</u></b>	<b><u>(3.933,17)</u></b>	<b><u>4.444,70</u></b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte**  
**CNPJ: 86.433.042/0001-31**  
**Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2016 e 2015**  
**Demonstração do Valor Adicionado**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Receitas</b>	<b><u>69.011,77</u></b>	<b><u>59.940,83</u></b>
Venda de Energia e Serviços	59.022,35	54.219,51
Receita de Construção	9.726,95	5.393,80
Outros Receitas Operacionais	(76,69)	292,70
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	339,16	34,82
<b>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b><u>38.943,26</u></b>	<b><u>31.576,30</u></b>
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>38.943,26</u>	<u>31.576,30</u>
Energia Comprada para Revenda	20.919,43	17.507,51
Encargo de Uso de Rede Elétrica	2.552,17	2.600,44
Outros Insumos Adquiridos	1.563,17	2.011,71
Material e Serviços de Terceiros	4.181,54	4.062,84
Custo da Construção	9.726,95	5.393,80
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>30.068,51</b>	<b>28.364,53</b>
<b>(-) Depreciações e Amortizações</b>	<b>(1.393,08)</b>	<b>(1.190,43)</b>
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>28.675,43</b>	<b>27.174,10</b>
<b>(+) Valor Adicionado Transferido</b>	<b><u>1.055,31</u></b>	<b><u>939,65</u></b>
Receitas Financeiras	1.055,31	939,65
<b>(=) Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>29.730,74</b>	<b>28.113,75</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b><u>29.730,74</u></b>	<b><u>28.112,75</u></b>
<b>Pessoal</b>	<b><u>5.352,06</u></b>	<b><u>5.212,27</u></b>
Remunerações	4.150,97	3.961,42
Encargos Sociais - FGTS	379,34	350,06
Auxílio Alimentação	677,74	664,07
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	144,01	236,72
<b>Governo</b>	<b><u>21.145,43</u></b>	<b><u>17.846,87</u></b>
Federal	9.443,81	6.947,32
Estadual	11.701,33	10.886,52
Municipal	0,29	13,03
<b>Financiadores</b>	<b><u>1.384,85</u></b>	<b><u>1.140,60</u></b>
Outros Encargos Financeiros	1.384,85	1.140,60
<b>Cooperados</b>	<b><u>1.848,40</u></b>	<b><u>3.913,01</u></b>
Sobras Retidas	1.848,40	3.913,01
<b>Valor Adicionado (médio) por Empregado</b>	<b>330,34</b>	<b>299,07</b>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRANORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

**1.1. Principais Atividades Desenvolvidas** – No decorrer do exercício social de 2016, a CERBRANORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

**1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis** – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

### 2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

**2.1. Prazo da Permissão** – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contrato.

**2.2. Objetivo da Permissão** – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

**2.3. Áreas de Permissão** – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

**2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica** – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

**Parcela A:** representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

**Parcela B:** representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu que a

CERBRANORTE pleiteia-se para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da Receita Requerida:

<b>Parcela A</b>	<b>Parcela B</b>
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>Despesas de Operação e Manutenção (2.4.7)</b>
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Material
Pesquisa e Desenvolvimento 0	Serviços de Terceiros
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.4)	Despesas Gerais e Outras
<b>Encargos de Transmissão (2.4.5)</b>	<b>Despesas de Capital</b>
	Cotas de Depreciação (2.4.8)
	Remuneração do Capital (2.4.9)
<b>Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)</b>	

**2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE):** encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

**2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA):** encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

**2.4.3. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE):** encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PDD. Na Revisão Tarifária ocorrida em setembro de 2016, os valores destes encargos, referentes ao período de maio à agosto de 2016, que haviam sido calculados no processo tarifário anterior, foram devolvidos aos consumidores na forma de componente financeiro. Esse item não mais irá compor a composição da Parcela A para o exercício seguinte.

**2.4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

**2.4.5. Encargos da Transmissão:** Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

**2.4.6. Compra de Energia Elétrica para Revenda:** Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

**2.4.7. Despesas de Operação e Manutenção:** Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

**2.4.8. Cotas de Depreciação:** Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

**2.4.9. Remuneração do Capital:** É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

**2.5. Bandeiras Tarifárias -** Cobrança adicional para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, revisado pela Resolução Normativa nº 700/2016, de 26 de janeiro de 2016, estabeleceu e definiu o sistema de Bandeiras Tarifárias, representado por:

-  Bandeira Tarifária Verde;
-  Bandeira Tarifária Amarela e;
-  Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

Nas competências mensais de 2016, a CERBRANORTE aplicou o sistema de Bandeiras Tarifárias para seus consumidores, conforme Despachos publicados pela ANEEL, sendo:

Janeiro		Abril		Julho		Outubro	
Fevereiro		Maio		Agosto		Novembro	
Março		Junho		Setembro		Dezembro	

### 3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971, que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no

encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

#### 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

**4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira** - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

**4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

**4.3. Contas a Receber** - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

**4.4. Estoques** - Os matérias em estoques classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (imobilizado), estão registrados pelo custo médio de aquisição.

**4.5. Ativos e Passivos Regulatórios** - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, firmou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 025/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A CERBRANORTE efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

**4.6. Não Circulante** - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

**4.7. Ativo Indenizável (Permissão)** - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

**4.8. Intangível** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment** - A CERBRANORTE analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a CERBRANORTE estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a CERBRANORTE reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

**4.10. Benefícios a Empregados** - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

**4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo** - Os ativos e passivos de longo prazo da CERBRANORTE são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que

refletem a melhor estimativa da cooperativa.

**4.12. Provisão para Contingências** - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

**4.13. Receitas e Despesas** - A CERBRANORTE segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

**4.13.1. Receita Não Faturada** – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e a receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**4.13.2 Receita de Construção** – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A CERBRANORTE contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**4.14. Operações com Partes Relacionadas** – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

**4.15. Tributação do Resultado** - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

**4.16. Operações com Terceiros** – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 32.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

## 5. Instrumentos Financeiros

**5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos** - A CERBRANORTE mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

**Caixa e Equivalentes de Caixa:** apresentados na nota 6;

**Contas a Receber - Consumidores:** apresentados na nota 7, subtraídos as provisões apresentados na nota 8;

**Ativo Financeiro Indenizável:** apresentados na nota 14;

**Empréstimos e Financiamentos:** apresentados na nota 17;

**Fornecedores:** apresentados na nota 18.

### 5.2. Valor Justo

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Instrumentos Financeiros</b>				
<b>Ativo</b>	<b>27.076,71</b>	<b>27.076,71</b>	<b>26.950,30</b>	<b>26.950,30</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.481,32	2.481,32	6.414,49	6.414,49
Contas a receber	7.784,54	7.784,54	7.905,93	7.905,93
Ativo Indenizável (Permissão)	16.810,85	16.810,85	12.629,88	12.629,88
<b>Passivo</b>	<b>16.223,26</b>	<b>16.223,26</b>	<b>15.785,62</b>	<b>15.785,62</b>
Empréstimos e Financiamentos	10.666,91	10.666,91	12.096,48	12.096,48
Fornecedores	5.556,35	5.556,35	3.689,14	3.689,14

### 5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
<b>Ativo</b>	<b>16.810,85</b>	<b>10.265,86</b>	-	<b>27.076,71</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.481,32	-	2.481,32
Contas a receber	-	7.784,54	-	7.784,54
Ativo Indenizável (Permissão)	16.810,85	-	-	16.810,85
<b>Passivo</b>	-	-	<b>5.556,35</b>	<b>16.223,26</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	-	10.666,91	10.666,91
Fornecedores	-	-	5.556,35	5.556,35
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>				
<b>Ativo</b>	<b>12.629,88</b>	<b>14.320,42</b>	-	<b>26.950,30</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.414,49	-	6.414,49
Contas a receber	-	7.905,93	-	7.905,93
Ativo Indenizável (Permissão)	12.629,88	-	-	12.629,88
<b>Passivo</b>	-	-	<b>3.689,14</b>	<b>15.785,62</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	-	12.096,48	12.096,48
Fornecedores	-	-	3.689,14	3.689,14

### 5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

**5.4.1. Risco de Crédito:** advém da possibilidade da CERBRANORTE não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

**5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital:** advém da escolha da CERBRANORTE em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

### 6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2016	2015
<b>Caixa e Bancos</b>				<b>972,26</b>	<b>1.658,89</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>					
Caixa Economica Federal	FIC Giro Empresas	Imediato	1,07% a m	-	544,12
Caixa Economica Federal	FIC Caixa TOP	Imediato	1,13% a m	-	4.211,48
Caixa Economica Federal	FIC Premium	Imediato	1,07% a m	1.509,06	
				<b>1.509,06</b>	<b>4.755,60</b>
				<b>2.481,32</b>	<b>6.414,49</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

## 7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da CERBRANORTE e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2016	2015
<b>Consumidores</b>					
Residencial	1.566,43	326,79	92,41	1.985,63	1.910,59
Industrial	1.735,68	521,16	77,09	2.333,93	2.639,23
Comercial	922,79	174,55	39,55	1.136,89	1.166,33
Rural	939,38	118,33	21,45	1.079,16	1.073,90
Poder Público	77,33	4,42	-	81,75	83,08
Iluminação Pública	88,80	-	-	88,80	239,02
Serviços Públicos	37,21	-	-	37,21	42,50
Suprimento	69,93	-	-	69,93	38,87
Participação Financeira	176,33	-	-	176,33	94,97
Serviços Taxados/Outros	91,25	-	-	91,25	99,70
<b>Parcelamentos</b>					
Residencial	37,73	-	-	37,73	32,96
Industrial	1.164,12	-	-	1.164,12	928,93
Comercial	30,12	-	-	30,12	18,64
Rural	19,69	-	-	19,69	8,53
					-
	<b>6.956,79</b>	<b>1.145,25</b>	<b>230,50</b>	<b>8.332,54</b>	<b>8.377,25</b>

## 8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da CERBRANORTE em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2016	2015
<b>Consumidores</b>		
Residencial	104,98	73,38
Industrial	103,91	76,44
Comercial	44,83	32,13
Rural	23,01	18,11
Soma	276,73	200,06
<b>Outros Crédito</b>		
Outros Parcelamentos	271,27	271,26
	<b>548,00</b>	<b>471,32</b>

## 9. Outros Créditos

<u>Circulante</u>	2016	2015
<b><u>Devedores Diversos</u></b>		
Empregados	103,44	90,46
Adiantamento a Fornecedores	53,88	55,74
Título de Crédito a Receber	172,53	84,01
Programas PEE e P&D	563,99	499,29
	<b>893,84</b>	<b>729,50</b>
<b><u>Outros Créditos</u></b>		
Convênios Arrecadação	398,64	-
Subvenção CDE	1.232,90	675,38
Outros	126,39	210,26
	<b>1.757,93</b>	<b>885,64</b>
<b>Soma do Circulante</b>	<b>2.651,77</b>	<b>1.615,14</b>
<b><u>Não Circulante - Realizável a Longo Prazo</u></b>		
<b><u>Outros Créditos</u></b>		
Depósitos Vinculados a Litígios	27,58	27,58

## 10. Impostos e Contribuições Sociais

	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>		
IRRF a Compensar	156,16	49,68
Contribuições Sociais a Recuperar	78,17	26,99
Demais Impostos Retidos	44,40	38,32
ICMS a Recuperar	793,50	224,99
	<b>1.072,23</b>	<b>339,98</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	152,82	328,72
	<b>152,82</b>	<b>328,72</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
ISS PMBN a Recolher	3,30	9,56
Taxas Municipais	-	-
ICMS a Pagar	-	785,28
INSS a Recolher	319,80	305,85
FGTS a Recolher	95,42	88,91
IRRF a Recolher	1,33	5,07
Contribuições Sociais na Fonte	3,01	1,47
PIS a Pagar	13,71	12,69
COFINS a Recolher	1,23	1,23
IRPJ a Pagar	139,09	73,03
CSLL a Pagar	58,71	34,93
	<b>635,60</b>	<b>1.318,02</b>

**10.1. ICMS a Recuperar** - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da CERBRANORTE – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

**10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar** - Os valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte e pagamento mensal por estimativa.

**10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro** - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 32.

## 11. Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Almoxarifado de Manutenção</b>		
Condutores	70,66	76,09
Estruturas	40,00	98,03
Medidores	26,08	27,93
Capacitores	5,97	5,97
Chaves	16,83	36,43
Isoladores	7,25	65,46
Transformadores	7,28	3,77
Parafusos e Ferragens	26,50	34,85
Materiais Diversos	26,10	47,06
Sucata	1,63	1,84
	<u><b>228,31</b></u>	<u><b>397,43</b></u>

## 12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 33, onde são apresentados as coberturas e os valores dos prêmios totais contratados.

Também correspondem a pagamentos antecipados de outras despesas apropriadas durante o exercício e até mesmo de encargos setoriais, como por exemplo o Proinfa, cujo pagamento é feito anteriormente a emissão da nota fiscal. A tabela abaixo corresponde ao saldo de despesas que ainda serão apropriadas após o fechamento do exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativos Regulatórios</b>		
Programas Sociais Governamentais	83,50	66,51
Itens Financeiros	9,24	9,24
<b>Outros</b>		
Outros Ativos - Prêmios de Seguros	60,02	53,51
	<u><b>152,76</b></u>	<u><b>129,26</b></u>

### 13. Ativos e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERBRANORTE, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil - Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativos Regulatórios</b>		
<b>Circulante</b>		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,45	1,58
CDE - Neutralidade	513,58	138,67
PROINFA - Neutralidade	5,42	24,61
IF - CUSD Energia	-	453,25
<u>Em Amortização</u>		
Programas Governamentais - DMR	44,52	44,52
PROINFA - Neutralidade	6,07	
TFSEE - Neutralidade	0,58	
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	701,30	455,55
	<b>1.271,92</b>	<b>1.118,18</b>
<b>Não Circulante</b>		
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	-	707,06
	<b>1.271,92</b>	<b>1.825,24</b>
<b>Passivos Regulatórios</b>		
<b>Circulante</b>		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,65	-
CDE - Neutralidade	4,61	-
PROINFA - Neutralidade	5,12	-
Bandeiras Tarifárias	-	1.086,48
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	4,10
CDE - Neutralidade	396,91	45,04
PROINFA - Neutralidade	-	53,40
Bandeiras Tarifárias	2.169,07	-
Compensação DIC/FIC	-	42,14
	<b>2.576,36</b>	<b>1.231,16</b>

#### 14. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a CERBRANORTE (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CERBRANORTE.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da CERBRANORTE, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo Intangível - Permissão	18.937,38	16.070,49
<b>Soma do Intangível</b>	<b>18.937,38</b>	<b>16.070,49</b>
Ativo Financeiro Indenizável	16.810,85	12.629,88
<b>Soma do Financeiro</b>	<b>16.810,85</b>	<b>12.629,88</b>

	<u>Ativo Financeiro Indenizável</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.255,31</b>
Transferência para Ativo Financeiro	8.374,57
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.629,88</b>
Transferência para Ativo Financeiro	4.180,97
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16.810,85</b>

## 15. Investimentos

	<u>Participação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Investimentos</b>			
<b>Participações Societárias</b>			
<b>Avaliadas pelo Custo</b>			
Oficina Técnica Extremo Su	0%	21,69	21,69
Fecoerusc	0%	1,20	1,20
CREDIVALE	0%	26,01	20,82
		-	
		<u>48,90</u>	<u>43,71</u>

## 16. Intangível

	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Transf. Ativo Financeiro</u>	<u>Obrigações Especiais</u>	<u>Saldo</u>
Direito de uso da permissão	35.659,91	(5.981,62)	29.678,29	(12.629,88)	(1.070,29)	15.978,12
Outros Intangíveis	204,08	(111,71)	92,37	-	-	92,37
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<b>35.863,99</b>	<b>(6.093,33)</b>	<b>29.770,66</b>	<b>(12.629,88)</b>	<b>(1.070,29)</b>	<b>16.070,49</b>
Direito de uso da permissão	44.122,72	(6.910,97)	37.211,75	(16.810,85)	(1.554,99)	18.845,91
Outros Intangíveis	244,08	(152,61)	91,47	-	-	91,47
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>44.366,80</b>	<b>(7.063,58)</b>	<b>37.303,22</b>	<b>(16.810,85)</b>	<b>(1.554,99)</b>	<b>18.937,38</b>

**16.1. Contrato de Permissão** - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

**16.2. Obrigações Especiais** - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual

dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

**16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment** - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a CERBRANORTE não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

**16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida)** - A CERBRANORTE avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

## 17. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo</b>		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	1.485,51	1.431,66
Caixa Economica Federal - Contrato 25/41	-	4,16
Caixa Economica Federal - Contrato 26/22	-	1,49
Bradesco - Contrato 878391/8	42,57	43,83
Bradesco - Contrato 886524/8	26,71	27,49
	<u>1.554,79</u>	<u>1.508,63</u>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo</b>		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	9.098,59	10.505,04
Bradesco - Contrato 878391/8	6,97	49,55
Bradesco - Contrato 886524/8	6,56	33,26
	<u>9.112,12</u>	<u>10.587,85</u>

Captação de recursos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:

**Valor captado:** R\$ 8.311 mil.

**Taxa de juros:** 4,9% a.a.

**Período de amortização:** 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.

**Carência:** início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:

**Valor captado:** R\$ 4.006 mil.

**Taxa de juros:** 3,5% a.a.

**Período de amortização:** 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.

**Carência:** início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

**Garantias:** Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a CERBRANORTE dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

## 18. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>		
Celesc Distribuidora S.A.	4.699,80	2.621,72
	<b>4.699,80</b>	<b>2.621,72</b>
<b>Material e Serviço</b>		
Material e Serviço	856,55	1.067,42
	<b>856,55</b>	<b>1.067,42</b>
	<u><b>5.556,35</b></u>	<u><b>3.689,14</b></u>

## 19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Folha de Pagamento</b>		
Folha de Pagamento Líquida	228,47	210,55
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	95,81	77,85
Consignação a Favor de Terceiros	35,94	36,38
	<u><b>360,22</b></u>	<u><b>324,78</b></u>
<b>Provisões Trabalhistas</b>		
Férias	631,36	579,48
	<b>631,36</b>	<b>579,48</b>
	<u><b>991,58</b></u>	<u><b>904,26</b></u>

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

## 20. Encargos do Consumidor a Recolher

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	322,14	562,44
Taxa de Fiscalização - TFSEE	6,90	6,15
Bandeira Tarifárias	145,69	868,66
	<u><b>474,73</b></u>	<u><b>1.437,25</b></u>

## 21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	<u>FNDCT</u>	<u>MME</u>	<u>P&amp;D</u>	<u>PEE</u>	<u>Total</u>
<b>Em 2014</b>	<u><b>14,08</b></u>	<u><b>7,04</b></u>	<u><b>295,21</b></u>	<u><b>615,82</b></u>	<u><b>932,15</b></u>
Constituições	76,56	38,28	76,56	191,39	382,79
Juros Selic	-	-	20,22	55,88	76,10
Realização	-	-	(133,29)	-	(133,29)
Recolhimentos	(78,43)	(39,22)	-	-	(117,65)
<b>Em 2015</b>	<u><b>12,21</b></u>	<u><b>6,10</b></u>	<u><b>258,70</b></u>	<u><b>863,09</b></u>	<u><b>1.140,10</b></u>
Constituições	49,86	24,83	27,59	68,96	171,24
Juros Selic	-	-	19,87	71,06	90,93
Realização	-	-	(3,90)	-	(3,90)
Recolhimentos	(62,07)	(30,93)	-	-	(93,00)
<b>Em 2016</b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>302,26</b></u>	<u><b>1.003,11</b></u>	<u><b>1.305,37</b></u>

## 22. Provisão para Contingências

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Valor da Provisão</u>		<u>Depósito Judicial</u>	<u>Valor da Provisão</u>		<u>Depósito Judicial</u>
	<u>No Exercício</u>	<u>Acumulada</u>		<u>No Exercício</u>	<u>Acumulada</u>	
<b><u>Provisões para Contingência - Longo Prazo</u></b>						
Trabalhistas	-	-		(106,00)	-	Com dep.
Cíveis e Terceiros	70,00	475,40	Sem dep.	185,40	405,40	Com dep.
Fiscais/Tributárias	-	2.341,17	Sem dep.	1.976,82	2.341,17	
	<u><b>70,00</b></u>	<u><b>2.816,57</b></u>		<u><b>2.056,22</b></u>	<u><b>2.746,57</b></u>	

## 23. Outras Contas a Pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo Circulante</b>		
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Consumidores	1.487,62	30,70
Outros	935,33	825,91
	<u>2.422,95</u>	<u>856,61</u>
<b>Outros Passivo Não Circulante</b>		
Outros Credores - Associados	536,16	536,16
	<u>536,16</u>	<u>536,16</u>

## 24. Patrimônio Líquido

### 24.1. Capital Social

**24.1.1. Composição do Capital Social:** O capital social é representado por 2.646,94 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 estava representado por 2.629,64 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

**24.1.2. Movimentação do Capital Social:** De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas-partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 21.772 associados em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 eram 21.011 associados.

### 24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

**24.2.1. Reserva Legal:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

**24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

**24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria:** é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

**24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária** – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>1.848,40</b>	<b>3.913,01</b>
<b>Destinações</b>		
RATES	523,64	453,47
Reserva Legal	139,45	364,16
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhor	697,24	1.820,81
	<b>1.360,33</b>	<b>2.638,44</b>
<b>Realização de Reservas</b>		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	817,13
RATES	360,70	318,47
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhor	329,23	267,08
	<b>689,93</b>	<b>1.402,68</b>
<b>Sobras a Disposição da AGO</b>	<b>1.178,00</b>	<b>2.677,25</b>

## 25. Ingresso/Receita Operacional

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica</b>		
Residencial	5.443,10	4.837,44
Industrial	6.469,48	6.316,99
Comercial, Serviços e Outras Atividades	3.126,23	2.877,91
Rural	3.094,46	2.701,14
Poder Público	278,58	248,52
Iluminação Pública	485,33	530,68
Serviço Público	157,03	147,22
Renda Não Faturada	(28,01)	17,00
	<b>19.026,20</b>	<b>17.676,90</b>
<b>b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica</b>		
Residencial	9.941,48	8.161,72
Industrial	11.199,49	11.780,40
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.551,45	4.902,75
Rural	5.742,33	5.014,99
Poder Público	530,32	430,17
Iluminação Pública	929,54	809,44
Serviço Público	229,71	208,14
Renda Não Faturada	-	34,51
	<b>34.124,32</b>	<b>31.342,12</b>
<b>c) Receita de Construção</b>	<b>9.726,95</b>	<b>5.393,80</b>
<b>d) Outras Receitas Operacionais</b>		
Uso Mútuo de Postes	205,98	185,15
Doações, Contribuições e Subvenções (*)	5.871,83	5.200,49
Serviço Cobráveis	74,41	-
Outras Receitas	58,77	-
Efeitos da Revisão/Reajuste	-	107,55
	<b>6.210,99</b>	<b>5.493,19</b>
	<b>69.088,46</b>	<b>59.906,01</b>
<b>(*) Doações, Contribuições e Subvenções</b>		
Subsídio - Água/Esgoto	46,60	16,44
Subsídio - Rural	3.153,48	3.093,47
Subsídio - Irrigante	156,13	99,38
Subsídio - Distribuição	2.357,07	1.859,93
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	85,67	79,22
Outras Doações	72,88	52,05
	<b>5.871,83</b>	<b>5.200,49</b>

## 26. Deduções da Receita/Ingresso

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Tributos Sobre a Receita</b>		
ICMS	11.672,71	10.831,84
	<b>11.672,71</b>	<b>10.831,84</b>
<b>Encargos Setoriais</b>		
Bandeiras Tarifárias	1.227,10	2.607,86
CDE	6.028,37	2.112,81
P&D e PEE	226,43	382,78
Outros	76,83	72,06
	<u>7.558,73</u>	<u>5.175,51</u>
	<u><b>19.231,44</b></u>	<u><b>16.007,35</b></u>

## 27. Receita Operacional Líquida

	<u>Receita Bruta</u>	<u>ICMS</u>	<u>Encargos do Consumidor</u>	<u>Receita Líquida</u>
<b>Em 2016</b>				
Fornecimento de Energia Elétrica	19.026,20	(4.178,46)	(2.705,79)	12.141,95
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	34.124,32	(7.494,25)	(4.852,94)	21.777,13
Receita de Construção	9.726,95	-	-	9.726,95
Outras Receitas Operacionais	6.210,99	-	-	6.210,99
	<u>69.088,46</u>	<u>(11.672,71)</u>	<u>(7.558,73)</u>	<u>49.857,02</u>
<b>Em 2015</b>				
Fornecimento de Energia Elétrica	17.676,90	(3.940,73)	(1.707,92)	12.028,25
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	31.342,12	(6.891,11)	(3.467,59)	20.983,42
Receita de Construção	5.393,80	-	-	5.393,80
Outras Receitas Operacionais	5.493,19	-	-	5.493,19
	<u>59.906,01</u>	<u>(10.831,84)</u>	<u>(5.175,51)</u>	<u>43.898,66</u>

## 28. Dispêndios/Custos e Despesas

	<b>Custos de bens e/ou serviços</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e aminist.</b>	<b>Outras rec.(desp.) líquidas</b>	<b>Total</b>
<b>Em 2016 - Natureza dos Gastos</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(19.837,05)				(19.837,05)
Energia Elét Comprada p/Revenda - Proinfa	(834,33)				(834,33)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(2.800,22)				(2.800,22)
Pessoal e Administradores	(5.356,45)		(1.682,88)		(7.039,33)
Material	(2.170,44)		(248,71)		(2.419,15)
Serviços de Terceiros	(1.053,10)		(709,30)		(1.762,40)
Depreciação e Amortização	(1.279,77)		(113,30)		(1.393,07)
Custo de Construção	(9.726,95)		-		(9.726,95)
Outros Custos e Despesas	(84,75)	(76,69)	(209,05)	(1.298,29)	(1.668,78)
	<b>(43.143,06)</b>	<b>(76,69)</b>	<b>(2.963,24)</b>	<b>(1.298,29)</b>	<b>(47.481,28)</b>
<b>Em 2015 - Natureza dos Gastos</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(16.714,58)				(16.714,58)
Energia Elét Comprada p/Revenda - Proinfa	(792,93)				(792,93)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(2.600,44)				(2.600,44)
Pessoal e Administradores	(5.200,06)		(1.676,05)		(6.876,11)
Material	(2.023,21)		(190,48)		(2.213,69)
Serviços de Terceiros	(1.177,62)		(671,53)		(1.849,15)
Depreciação e Amortização	(1.100,82)		(90,61)		(1.191,43)
Custo de Construção	(5.393,80)				(5.393,80)
Outros Custos e Despesas	(1.257,61)	(34,82)	(233,21)	(588,61)	(2.114,25)
	<b>(36.261,07)</b>	<b>(34,82)</b>	<b>(2.861,88)</b>	<b>(588,61)</b>	<b>(39.746,38)</b>

**28.1. Custo de Construção** – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

## 29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendas de Aplicação Financeira	416,33	203,37
Acréscimos Moratórios S/Fatura de Energia	529,22	589,93
Outras Receitas Financeiras	109,76	146,35
	<b>1.055,31</b>	<b>939,65</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>		
Juros e Multas	1.027,28	1.029,09
IOF	4,24	2,38
Outras Despesas Financeiras	353,33	109,13
	<b>1.384,85</b>	<b>1.140,60</b>
	<b>(329,54)</b>	<b>(200,95)</b>

### 30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

**30.1. Distribuição de Energia:** é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

**30.2. Áreas Geográficas** - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

**30.3. Principais Clientes** - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2016 chegaram a perfazer um montante de R\$ 990,35 mil, representando cerca de 1,43% do total das receitas da cooperativa.

### 31. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Pessoal chave da administração</b>						
Presidência e Conselhos	-	18,82	459,35	-	17,10	433,14
Encargos Sociais	-	11,84	116,77	-	10,10	108,59
Outros	-	-	11,35	-	-	20,36
	-	<b>30,66</b>	<b>587,47</b>	-	<b>27,20</b>	<b>562,09</b>

### 32. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2016				
Contas	Operações com		Tributação Diferida	Total
	Associados	Terceiros		
<b>1 - Receita Operacional Bruta</b>	<b>59.096,83</b>	<b>264,68</b>	<b>9.726,95</b>	<b>69.088,46</b>
<b>2 - Deduções da Receita Bruta</b>	<b>19.231,44</b>	-	-	<b>19.231,44</b>
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	11.672,71	-	-	11.672,71
2.2 - Encargos Setoriais	7.558,73	-	-	7.558,73
<b>3 - Receita Operacional Líquida (1-2)</b>	<b>39.865,39</b>	<b>264,68</b>	<b>9.726,95</b>	<b>49.857,02</b>
<b>4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>33.372,08</b>	<b>44,03</b>	<b>9.726,95</b>	<b>43.143,06</b>
<b>5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)</b>	<b>6.493,31</b>	<b>220,65</b>	-	<b>6.713,96</b>
<b>6 - Despesas Operacionais</b>	<b>5.098,83</b>	<b>(431,07)</b>	-	<b>4.667,76</b>
Despesas Gerais e Administrativas	4.336,65	1,57	-	4.338,22
Despesas Menos Receitas Financeiras	762,18	(432,64)	-	329,54
<b>7 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6)</b>	<b>1.394,48</b>	<b>651,72</b>	-	<b>2.046,20</b>
<b>8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado</b>	-	<b>197,80</b>	-	<b>197,80</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	139,09	-	139,09
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	58,71	-	58,71
<b>9- Resultado Líquido do Exercício 2016 (7-8)</b>	<b>1.394,48</b>	<b>453,92</b>	-	<b>1.848,40</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício em 2015</b>	<b>3.641,62</b>	<b>271,39</b>	-	<b>3.913,01</b>

### 33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos, máquinas, equipamentos e edificações da CERBRANORTE, conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância	Prêmio Total
<b>Veículos</b>			
Caminhões	26/05/2016	700,00	12,13
Utilitários e Automóveis	26/05/2016	1.700,00	14,30
		<b>2.400,00</b>	<b>26,43</b>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>			
Subestação	26/08/2017	14.000,00	36,80
Religadores e Reguladores	28/07/2016	1.120,00	28,48
		<b>15.120,00</b>	<b>65,28</b>
<b>Edificações</b>			
Prédio Sede/Filial/Almoxarifados/Garagens	26/08/2017	3.150,00	8,28
		<b>3.150,00</b>	<b>8,28</b>
		<b>20.670,00</b>	<b>99,99</b>

## 34. Contingências

### 34.1. Contingências Fiscais

**34.1.1. INSS** - Em 2008 a CERBRANORTE foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão. A CERBRANORTE interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A CERBRANORTE efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

**34.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal** - As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2.158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, restando passível de discussão a base material da notificação.

A administração da CERBRANORTE entende que há tendência negativa quanto ao êxito da defesa, optando pelo reconhecimento da obrigação mediante provisão.

**34.2. Contingências Cíveis** – A CERBRANORTE mantém provisão de R\$ 475,40 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 70 mil reconhecidos em 2016.

## **35. Outras Informações**

### **35.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário**

Valor a ser repassado pela ELETROBRÁS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.232,90 e de R\$ 675,38 em 31 de dezembro de 2015.

### **35.2. Reajuste Tarifário**

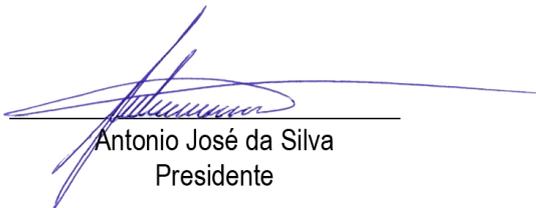
Em setembro de 2016 a CERBRANORTE passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.147 de 27 de setembro de 2016. As tarifas da CERBRANORTE, em relação ao reajuste tarifário constante da Resolução Homologatória nº 1.950 de 22 de setembro de 2015, ficaram em média reajustadas em 3,48%, sendo 9,85% pela variação econômica e -6,37% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

**35.3. Avais** – Não existem avais concedidos em nome da CERBRANORTE em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

**35.4. Balanço Social** – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

**35.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão** – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2016.



Antonio José da Silva  
Presidente



Jairo Dirksen  
Contador  
CRC/SC-027913/0-4

### 3 – PARECER DO CONSELHO FISCAL

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE**  
**CNPJ: 86.433.042/0001-31**  
**NIRE: 42.4.000032-1**

ATA Nº 02-2017 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sito a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com início às 16:h00min, com o coordenador Sr. Adriano Schurhoff cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobras e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2016, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento às determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 18 (dezoito) de fevereiro do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretario pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.

Braço do Norte, 07 de fevereiro de 2017.



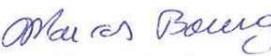
Adriano Schurhoff  
**Coordenador**



Joel Silva Lessa  
**Secretario**



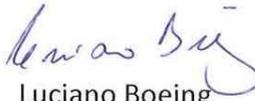
Renato Perin  
**Membro Efetivo**



Marcos Boeing  
**Membro Suplente**



Junior Schmitz  
**Membro Suplente**



Luciano Boeing  
**Membro Suplente**

## 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da  
**Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte**  
Braço do Norte - SC

#### **Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Ênfase**

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e nº 34, em 9 de outubro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS sobre o faturamento. Tendo em vista que em novembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, em favor da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, a Cooperativa, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente, os valores originalmente apresentados em referido auto de infração, no montante de R\$ 1.977 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.



## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

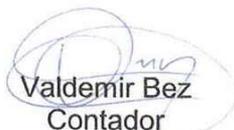


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 27 de janeiro de 2017

BEZ Auditores Independentes S/S  
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez  
Contador

CRC PR 037.262/O-2